



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

EIXO TEMÁTICO: Sistemas de educação e políticas públicas

FORMA DE APRESENTAÇÃO: Resultados de Pesquisa

A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR PRIVADOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE

Janaina de Oliveira¹

Natalia Maria Casagrande²

Diego José Casagrande³

Resumo

O trabalho demonstra os resultados da expansão dos Institutos de Ensino Superior (IES) particulares após a Reforma Universidade de 1968, as normativas que foram criadas a partir desse contexto e seus impactos na expansão do ensino superior nos anos 2000. Assim, as novas faculdades se firmaram como empresas educacionais. Ou seja, a expansão dos IES privados atraiu investidores para o promissor mercado de faculdades particulares com a finalidade de acumular capital. Essas transformações descritas também refletiram diretamente nas condições do trabalho docentes.

Palavras Chave: Ensino Superior; Trabalho docente; Expansão Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão cita alguns acontecimentos históricos e aprovações de leis que ocorram durante o regime militar (1964-1985), por meio de uma ideologia desenvolvimentista adotada pelos militares, para compreender o objetivo proposto que é a expansão universitária nos anos 2000. Contudo, foi nesse período político brasileiro que ocorreu o crescimento dos Institutos de Ensino Superior (IES) privados por meio da lei nº (5.540/1968), conhecida como a Reforma Universitária de 1968. Este contexto, foi favorável ao início da expansão da rede privada de ensino superior no Brasil.

Para Durham e Sampaio (2000), o ensino superior particular teve a possibilidade de atender o a parcela da população que não conseguia ingressar nas universidades públicas e ficava excluída dos estudos após o ensino médio. Assim, essa primeira fase da expansão da rede privada privilegiava o atendimento da crescente demanda do ensino superior. Porém, as novas faculdades sempre se firmaram como empresas educacionais com a finalidade de obtenção de lucro. Essas transformações da educação superior refletiram diretamente no trabalho dos docentes. Ou seja, as mudanças que o cenário apresentou ocorreram concomitantes ao cenário de reestruturação do capital internacional, sobretudo após os anos de 1970 que marcou a transição do fordismo para acumulação flexível.

¹Professora do Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior (ITES) – Taquaritinga - SP – janalive@gmail.com

²Professora do Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior (ITES) Taquaritinga - SP / Professora da Faculdade de Tecnologia (FATEC-Tq) – Campus Taquaritinga – SP – nmcasagrande@gmail.com

³Aluno da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) - Universidade de São Paulo (USP) – Ribeirão Preto – SP – diegojcasagrande@gmail.com



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

METODOLOGIA

O trabalho em questão foi organizado a partir de pesquisas bibliográficas elaborada a partir de material científico - livros, artigos científicos- disponibilizado na Internet e impresso- e documentos referentes à legislação do Ensino superior.

Dessa forma, destacamos ainda que essa pesquisa é de ordem Qualitativa, pois considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Assim, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, dispensando os métodos e técnicas estatísticas (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste contexto, Calderon (2000) resume o crescimento das faculdades particulares a partir de uma análise da própria legislação que forneceu “vantagens competitivas”, primeiramente pela Constituição de 1988, posteriormente regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394/96, concedido à instituição *universidade* por meio do princípio da autonomia didático-científica, através do qual não precisariam mais se submeter aos entraves burocráticos do extinto Conselho Federal da Educação. As universidades particulares deixaram muito claro que possuíam abertamente fins lucrativos denominadas de “empresas educacionais”, oferecendo produtos e serviços de acordo com a demanda do mercado.

De acordo com Sguissardi (2015), no contexto do ajuste neoliberal e da assim chamada mundialização do capital é que a expansão dos IES ocorre desde o ano de 1997, quando se efetiva constituição de IES com fins lucrativos e, principalmente, a partir de 2007, quando da abertura de capital na Bolsa de Valores paulista⁴ das primeiras quatro companhias do campo educacional, verifica-se que praticamente todas essas grandes empresas tiveram e têm a participação acionária de fundos de investimento. Isto possibilitou a abertura do capital dessas empresas ao mercado de ações e a valorização destas últimas possibilitam o aumento de seu capital, a compra de outras instituições menores, espalhadas no país, e, com isso, a formação de grandes grupos empresariais, também denominados “redes” [...]. (VALE et al. 2013, p. 8, *apud* SGUISSARDI, 2014, p. 163).

O funcionamento dos IES particulares estão inscritos na lógica de reprodução do capital como qualquer outra empresa exigem dos docentes diferentes funções e responsabilidades. A qualidade das aulas é verificada através das médias das turmas, nos exames nacionais no final dos cursos, nos relatórios das avaliações internas, aplicadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) para os funcionários, alunos, coordenadores e gestores com a finalidade mensurar a qualidade do ensino, atendimento, infraestrutura das salas, laboratórios, instalações físicas entre outras.

Neste sentido, nos IES particulares a jornada de trabalho é representado por 25,7% para tempo integral, 34,5% para os horistas e 39,8% para tempo parcial, neste cenário, a formação dos docentes concentra-se 50% mestrado, 22% doutorado e 28% de especialistas. (INEP, 2016). Nota-se que a exploração através da extensão da jornada de trabalho, acréscimo

⁴ Ryon Braga. Hoper Consultoria. Ver: <https://www.hoper.com.br/>



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

de responsabilidades, obrigatoriedade de participação em projetos institucionais sob pena de não obter aula no semestre seguinte impede mais de 70% dos professores concluir os estudos no ensino superior – mestrado e doutorado). Acrescenta-se ainda que o valor médio da hora-aula pago nas instituições de médio e pequeno porte é baixo. Isto para o docente representa uma sobre carga de trabalho – diversas disciplinas e docência em mais de um local. Essa estatística é evidenciada por 384.094 docentes, sendo deste total, 55,9% estavam nas IES privadas.

Contudo, França (2009) assinala que contexto de trabalho dos docentes das IES privadas é marcada pela insegurança dos contratos temporários; as represálias sofridas como a redução de disciplinas - redução de salário - e a submissão ao poder do cliente materializado na figura do aluno e, sobretudo redução da autonomia de suas ideias e projetos e o seu produto – ensino – deve ser muito atraente e em sintonia com as exigências do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade contemporânea o trabalho dos docentes dos IES está inscrito na lógica da sociedade flexível em a produção – neste caso, as aulas – passaram a ser organizada de um modo mais ágil que foi alcançado devido as transformações organizacionais que refletiram na precarização das formas de contratação nas empresas por meio de subcontratação, trabalho em tempo parcial entre outros. O cenário apresenta uma insegurança visto que o emprego é ameaçado juntamente com a redução salarial. Outro fator que contribui para essa insegurança do trabalho é vigilância constantes que são utilizadas através da utilização da tecnologia como ponto eletrônico, das câmeras instaladas nos ambientes, dos relatórios preenchidos e enviados *on-line*, do celular e outros mecanismos, ou seja, são formas de controlar do trabalhador, tornando o ambiente de trabalho um lugar propício ao desencadeando adoecimento psíquico e somático.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior, 2016. Brasília: MEC, 2016.

CALDERON, ADOLFO IGNACIO. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 61-72, Mar. 2000 .

FRANÇA, P. I. S. A precarização do trabalho docente no ensino Superior: o processo de mercantilização da Educação e a desprofissionalização docente. In: **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas** “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Anais ... Campinas, 2009.

DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior na América Latina. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 110, p. 7-37, July 2000 . Disponível em:

SGUISSARDI, V. Educação Superior No Brasil. Democratização Ou Massificação Mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.